

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II --

Acerca dos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da eficácia das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

81 O pluralismo político é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

JUSTIFICATIVA – Errado. Segundo o art. 1.º, V, da Constituição Federal de 1988, o pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um princípio que rege suas relações internacionais.

82 A norma que prevê a participação do trabalhador nos lucros ou resultados da empresa, de forma desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei, tem eficácia limitada.

JUSTIFICATIVA – Certo. A participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7.º, XI, da CF), observando-se que já existe ato normativo que concretiza o direito, é norma programática de eficácia limitada, segundo a doutrina.

83 Nem toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA – Errado. Como regra geral, todas as normas constitucionais apresentam eficácia, algumas jurídica e social, outras apenas jurídica. Eficácia jurídica significa que a norma está apta a produzir efeitos na ocorrência de relações concretas, mas já produz efeitos jurídicos na medida em que a sua simples edição resulta na revogação de todas as normas anteriores que com ela conflitam.

No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem, à luz da CF e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

84 Para que seja publicada uma biografia, não é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas nem de seus familiares.

JUSTIFICATIVA – Certo. Para que seja publicada uma biografia, não é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas nem de seus familiares. Essa autorização prévia seria uma forma de censura, não sendo compatível com a liberdade de expressão consagrada pela CF. (STF. Plenário. ADI 4815/DF, rel. min. Carmen Lúcia, julgado em 10/6/2015).

85 A prestação de assistência religiosa em instituições de internação coletiva, sejam elas de natureza civil ou militar, é proibida, em virtude do princípio da laicidade.

JUSTIFICATIVA – Errado. Conforme o art. 5.º, VII, da Constituição Federal de 1988: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; (...)”.

86 Com o trânsito em julgado de uma condenação criminal, haverá a suspensão dos direitos políticos da pessoa condenada, independentemente de substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos.

JUSTIFICATIVA – Certo. A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal de 1988 aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Assim, havendo condenação criminal transitada em julgado, a pessoa condenada fica com seus direitos políticos suspensos tanto no caso de pena privativa de liberdade quanto na hipótese de substituição por pena restritiva de direitos. (STF. Plenário. RE 601182/MG, rel. min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/5/2019).

No que diz respeito à disciplina constitucional da emenda, da reforma e da revisão constitucional, bem como à organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsequentes, de acordo com a jurisprudência do STF.

87 O procedimento específico conhecido como dupla revisão pode alterar as cláusulas pétreas da CF.

JUSTIFICATIVA – Errado. O Brasil não adota a teoria da dupla revisão, que, inclusive, é entendida como uma limitação implícita ao poder de reforma constitucional. Além disso, no Supremo Tribunal Federal, prevalece o entendimento no sentido da impossibilidade da dupla revisão: “Ao Poder Legislativo, federal ou estadual, não está aberta a via da introdução, no cenário jurídico, do instituto da revisão constitucional.” (ADI 1.722-MC, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 10/12/1997, Plenário, DJ de 19/9/2003).

88 É constitucional lei estadual que torna obrigatória a assinatura física de idosos em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras.

JUSTIFICATIVA – Certo. É constitucional — haja vista a competência suplementar dos estados federados para dispor sobre proteção do consumidor (art. 24, V e § 2.º, da CF) — lei estadual que torna obrigatória a assinatura física de idosos em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras. Nesse sentido: ADI 7027, Plenário, Relator Min. Gilmar Mendes, acórdão publicado em 25/1/2023.

89 Para que sejam alterados os limites territoriais de um município, é necessária a realização de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos municípios envolvidos, nos termos da CF.

JUSTIFICATIVA – Errado. Para que sejam alterados os limites territoriais de um município, é necessária a realização de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, nos termos do art. 18, § 4.º, da CF. Nesse sentido: STF. Plenário. ADI 2921/RJ, rel. orig. min. Ayres Britto, red. p/ o ac. min. dias Toffoli, julgado em 9/8/2017 (Info 872).

A respeito das regras constitucionais referentes à administração pública, conforme a jurisprudência do STF, julgue os próximos itens.

90 Em caso de acumulação lícita de dois cargos públicos, é juridicamente possível que se receba um montante superior ao teto constitucional remuneratório.

JUSTIFICATIVA – Certo. Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988 pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. Nesse sentido: STF. Plenário. RE 612975/MT e RE 602043/MT, rel. min. Marco Aurélio, julgados em 26 e 27/4/2017 (repercussão geral), Info 862.

91 A estabilidade garantida à gestante, conforme estipulado na Constituição Federal de 1988, abrange também as ocupantes de cargos em comissão, estendendo-se desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

JUSTIFICATIVA – Certo. O STF entende que a garantia de estabilidade à gestante prevista na Constituição Federal de 1988 aplica-se aos casos de cargos em comissão, ou seja, de livre nomeação e livre exoneração (RE 420839 AgR, relator min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 20/3/2012, Acórdão Eletrônico DJe-081, divulgado em 25/4/2012, publicado em 26/4/2012).

Acerca do Poder Executivo, das comissões parlamentares de inquérito (CPI) e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes, com base na CF e no entendimento jurisprudencial do STF.

92 O texto constitucional atribui ao presidente da República imunidade material, garantindo sua inviolabilidade no que se refere às palavras e opiniões expressas.

JUSTIFICATIVA – Errado. A CF não garante imunidade material ao presidente da República. O presidente da República possui imunidade formal, mas não dispõe de imunidade material, isto é, ele não é inviolável, civil e penalmente, por suas manifestações, ainda que estritamente ligadas ao exercício de suas funções presidenciais. As regras sobre a imunidade formal em relação à prisão, bem como aquelas relacionadas à imunidade penal relativa, estão no art. 86, §§ 4.º e 3.º, da CF.

93 Os tribunais de contas estaduais não têm legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa aos agentes públicos estaduais que, por seus atos, tenham causado prejuízos a estados.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 71, § 3.º, da CF não outorgou ao TCU, tampouco aos tribunais de contas estaduais, por simetria, a legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa. A competência para isso é do titular do crédito constituído a partir da decisão, ou seja, o ente público prejudicado (AI 826676 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 08/2/2011).

94 A decisão de instaurar uma CPI está sujeita ao juízo discricionário do plenário da casa legislativa, em conformidade com o princípio da independência dos Poderes.

JUSTIFICATIVA - Errado. A instauração de comissão parlamentar de inquérito depende unicamente do preenchimento dos requisitos previstos no art. 58, § 3.º, da Constituição Federal, quais sejam: a) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; b) a indicação de fato determinado a ser apurado; e c) a definição de prazo certo para sua duração. Nesse sentido: STF. Plenário. MS 37760 MC-Ref/DF, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 14/4/2021 (Info 1013).

Com relação ao objeto do direito administrativo, à extinção dos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

95 Servidores que laborarem de forma permanente em contato com substâncias tóxicas, radioativas ou que gerem risco à vida podem perceber cumulativamente os adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com as circunstâncias.

JUSTIFICATIVA – Errado. Servidores que trabalhem em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida têm direito a perceber o adicional de insalubridade ou de periculosidade, conforme o caso, mas não de forma cumulativa (art. 79, § 1.º, da Lei Complementar n.º 840/2011, do Distrito Federal).

96 Do ponto de vista normativo, o direito administrativo abrange as normas que regem a administração pública, razão pela qual mantém relações importantes com outros ramos do direito.

JUSTIFICATIVA – Certo. Do ponto de vista do Direito Positivo, o direito administrativo contempla as normas jurídicas que regem o funcionamento da administração pública, razão pela qual mantém relações essenciais com outros ramos do direito, como o direito constitucional.

97 Ocorre cassação de ato administrativo quando este esgota os efeitos a que se destinava.

JUSTIFICATIVA – Errado. Cassação de ato administrativo dá-se quando seu beneficiário deixa de cumprir determinados requisitos que lhe permitiriam continuar a gozar dos efeitos do ato.

No que concerne aos poderes e princípios da administração pública e à responsabilidade do Estado, julgue os itens seguintes.

98 Excesso de poder é uma das formas de abuso de poder e ocorre quando a administração pública persegue uma finalidade legal, mas vai além do necessário para atingi-la.

JUSTIFICATIVA – Certo. O excesso de poder é espécie do gênero abuso de poder e se caracteriza quando a administração pública usa meios exacerbados para atingir um objetivo lícito.

99 Se um cidadão sofre dano em seu patrimônio por evento da natureza, isso caracteriza força maior, que afasta a possibilidade de responsabilização civil do poder público.

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora a força maior possa decorrer de evento natural, ela não necessariamente afasta a responsabilidade civil do Estado, se, por exemplo, for comprovado que o poder público foi omissivo em medidas que lhe cabiam para evitar danos por forças da natureza.

100 Para avaliar o cumprimento do princípio da eficiência da administração pública, o critério econômico é o único aspecto a ser considerado.

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora a administração pública deva buscar a melhor e menos custosa opção ao praticar seus atos, nem sempre o critério econômico é suficiente. O atendimento à lei, o respeito ao ambiente e ao princípio da isonomia, entre outros fatores, podem impedir a opção pelo caminho economicamente menos custoso.

A respeito dos serviços públicos, dos serviços sociais autônomos e da improbidade administrativa, julgue os próximos itens.

101 Em virtude do princípio da universalidade dos serviços públicos, as regras aplicáveis à prestação do serviço podem permitir que o prestador busque receitas complementares à tarifa.

JUSTIFICATIVA – Errado. O princípio que preconiza a possibilidade de obtenção de receitas alternativas, a fim de permitir menores tarifas para os usuários, não é o da universalidade dos serviços públicos, mas o de modicidade das tarifas.

102 Como regra, não pode haver posse de servidor público sem que ele apresente a declaração de imposto de renda transmitida à Receita Federal, a qual deve ser atualizada todos os anos.

JUSTIFICATIVA – Certo. Essa exigência decorre da nova redação do art. 13, *caput* e § 2.º, da Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), na redação da Lei n.º 14.230/2021.

103 Os serviços sociais autônomos não precisam se constituir sob a forma de fundações de direito privado.

JUSTIFICATIVA – Certo. Não há realmente imposição normativa de que os serviços sociais autônomos tenham a natureza de fundações privadas, de modo que eles podem ter diferentes formas jurídicas.

Com relação à Lei do Processo Administrativo — Lei n.º 9.784/1999 — e à Lei de Acesso à Informação — Lei n.º 12.527/2011 —, julgue os itens subsequentes.

104 No sistema da Lei de Acesso à Informação, a noção de transparência ativa significa que o poder público deve buscar ao máximo atender aos requerimentos de cidadãos e cidadãs, sem cobrar emolumentos nem formular exigências despropositadas.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O conceito de transparência ativa é entendido em direção oposta à expressa no item, no sentido de que o poder público deve tomar a iniciativa de divulgar ao máximo as informações de interesse público, e não apenas a de atender aos requerimentos de informação que lhe sejam dirigidos.

105 Embora os administrados tenham direito a que a administração pública aprecie seus requerimentos e os decida de maneira fundamentada, não há prazo específico para que tais decisões sejam tomadas, considerando-se os variados níveis de complexidade dos temas a serem analisados.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O art. 49 da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999) estipula que, concluída a fase de instrução dos processos administrativos, a autoridade competente tem, em princípio, prazo de até 30 dias para proferir sua decisão.

Com referência à Lei n.º 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos —, à Lei n.º 12.462/2011 — Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) — e aos convênios e consórcios administrativos, julgue os itens subsequentes.

106 Medidas de equidade de gênero e de mitigação das mudanças climáticas por parte de licitante podem ser adotadas como critério para decidir o resultado de licitação.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O art. 60, inciso III e seu § 1.º, inc IV, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), permite que os fatores indicados no item sejam tomados como parâmetro para decidir a proposta vencedora de uma licitação, em caso de empate.

107 Convênios administrativos podem ser firmados tanto com órgãos e entes públicos como com entes privados, e aos referidos convênios se aplica, no que couber, a Lei n.º 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Convênios podem ser firmados com entes públicos e privados, e o art. 184 da Lei n.º 14.133/2021 prevê expressamente sua aplicabilidade a esses ajustes, no que couber.

108 Ainda que uma licitação tenha objeto passível de ser submetido ao RDC — a exemplo de obra de engenharia relacionada a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística —, o regime diferenciado poderá não se aplicar, se não forem observados requisitos como a indicação expressa desse regime no instrumento convocatório.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Em princípio, para aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas a determinada licitação, é preciso observar requisitos da Lei n.º 12.462/2011, como é o caso da opção pelo RDC, de forma expressa, no instrumento convocatório, com afastamento das normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, por força do previsto no art. 1.º, § 2.º, da Lei do RDC.

A respeito das normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, julgue os itens a seguir, com base no Decreto distrital n.º 32.598/2010.

109 A proposta de concessão de benefícios de natureza tributária que impliquem renúncia de receita deverá ser instruída por meio de processo administrativo, devendo conter, entre outros elementos, a memória de cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o Decreto distrital n.º 32.598/2010: “Art. 8.º A proposta de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem renúncia de receita deverá ser instruída por meio de processo administrativo, que conterá os seguintes elementos: I memória de cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes; II demonstração de atendimento a pelo menos uma das condições de que tratam os incisos I e II do caput do artigo 14 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); III cálculo do custo contendo o montante efetivamente renunciado ou liberado do Orçamento do Poder Executivo do Distrito Federal no exercício sob análise, a preços correntes, para aplicação em renúncias de receitas de natureza tributária e em benefícios de naturezas financeira, creditícia e outros.”.

110 As tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas das unidades gestoras da administração direta serão organizadas, anualmente, pelo TCDF e, após a aprovação pelo tribunal, serão encaminhadas para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para avaliação da repercussão financeira na lei orçamentária anual.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o Decreto distrital n.º 32.598/2010, as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas das unidades gestoras da administração direta e dos fundos especiais serão organizadas, anualmente, pelo órgão central de contabilidade, em consonância com o estabelecido na Resolução/TCDF, e encaminhadas ao órgão central do sistema de correição, auditoria e ouvidoria, até o dia 30 de abril do ano seguinte àquele a que se referir. Ademais, a tomada de contas anual dos ordenadores de despesa, depois de aprovada pelo TCDF, será encaminhada para arquivamento nos órgãos de origem, ficando estes responsáveis pela guarda dos processos.

A tabela a seguir representa o balanço orçamentário de determinada unidade federativa no ano de 2021. Os valores mostrados estão na ordem dos milhares de reais.

despesa orçamentária	dotação inicial	dotação atualizada	despesas empenhadas
despesas correntes	23.582.739	30.171.584	27.966.169
pessoal e encargos sociais	15.288.365	17.409.417	16.633.904
juros e encargos da dívida	299.061	236.498	235.333
outras despesas correntes	7.995.313	12.525.669	11.096.932
despesas de capital	1.953.808	3.102.353	1.563.281
investimento	1.421.833	2.492.445	984.733
inversões financeiras	23.365	52.568	21.855
amortização da dívida	508.610	557.340	556.693
reserva de contingência	1.328.460	1.132.615	0
subtotal das despesas	26.865.008	34.406.552	29.529.448
superávit	0	0	1.296.531
Total	26.865.008	34.406.552	30.825.980

A partir dos valores intraorçamentários apresentados na tabela anterior e do previsto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens, acerca da execução das despesas públicas e dos seus estágios.

111 Nas despesas de inversões financeiras, devem estar incluídas eventuais aquisições de imóveis feitas pelo governo da unidade federativa em questão.

JUSTIFICATIVA - Certo. As despesas de capital de inversões financeiras incluem a aquisição de imóveis, a participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, aquisição de títulos de empresas em funcionamento, concessão de empréstimos e diversas inversões financeiras.

112 Se as despesas pagas, em 2021, tiverem sido iguais às despesas empenhadas de R\$ 30,83 bilhões, então a inscrição em restos a pagar não processados terá totalizado R\$ 3,57 bilhões.

JUSTIFICATIVA - Errado. Consoante o art. 36 da Lei n.º 4.320/1964, os restos a pagar (RP) compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se entre restos a pagar processados (RPP), que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, e restos a pagar não processados (RPNP), que são as despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas.

113 As despesas com investimentos não devem ser contabilizadas no orçamento fiscal e da seguridade social, senão, caso o sejam, competirá ao TCDF determinar a sua alocação no orçamento de investimento aprovado na lei orçamentária anual (LOA).

JUSTIFICATIVA - Errado. No grupo de natureza de despesa (GND) do orçamento público, as despesas de capital são compostas por investimento, inversões financeiras e transferência de capital. Isso não se confunde com os três orçamentos que integram a LOA: orçamentos fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais.

114 Haja vista os estágios de realização da despesa pública, é correto afirmar que as despesas pagas em 2021 não ultrapassaram R\$ 30,83 bilhões.

JUSTIFICATIVA - Certo. Para serem efetivamente pagas, as despesas públicas têm de cumprir os três estágios previstos na Lei n.º 4320/1964: empenho, liquidação e pagamento.

115 As despesas correntes com juros e encargos da dívida devem ser computadas no cálculo do resultado primário do governo da unidade federativa.

JUSTIFICATIVA - Errado. A apuração do resultado primário é um indicador utilizado para avaliar a sustentabilidade das contas públicas, visto que o superávit primário (receita primária maior que a despesa primária) contribui para a redução da dívida líquida. Por outro lado, o déficit primário sinaliza que vem ocorrendo um aumento da dívida líquida, pois o financiamento dos gastos primários (que exclui as despesas financeiras: juros, encargos e amortização da dívida pública) ultrapassa as receitas primárias (basicamente a receita da arrecadação tributária), ou seja, as receitas não financeiras do governo. Sendo assim, as despesas primárias excluem as despesas financeiras como o pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Acerca das receitas públicas, julgue os itens que se seguem.

116 A dívida ativa do Distrito Federal, que compõe o seu ativo, é constituída por tributos e multas não pagos nos prazos fixados em lei, regulamento ou decisão proferida em processo regular.

JUSTIFICATIVA - Certo. A dívida ativa constitui-se dos créditos da fazenda pública, tributários ou não, que, não pagos no vencimento, são inscritos em registro próprio, depois de apurada sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica. Constituem a dívida ativa do Distrito Federal os tributos e as multas não pagos nos prazos fixados em lei, regulamento ou decisão proferida em processo regular.

117 O Distrito Federal, como unidade da Federação que exerce o papel de município e de estado, pode instituir uma contribuição social sobre o faturamento ou a receita das empresas que atuam no seu território, desde que a referida contribuição seja destinada ao financiamento da seguridade social.

JUSTIFICATIVA - Errado. As contribuições sociais exclusivas para financiamento da seguridade social (art. 195 da Constituição Federal de 1988) só podem ser instituídas pela União, não podendo o DF usar dessa espécie de tributo no financiamento das suas despesas sociais.

A respeito dos princípios orçamentários, julgue os itens subsequentes.

118 A lei orçamentária do Distrito Federal é composta por três orçamentos — o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto —, e isso não viola o princípio da unidade orçamentária.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se do princípio da unidade ou totalidade, de acordo com o qual o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Esse princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964 e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: a LOA. O fato de a LOA ser composta por três orçamentos não invalida o princípio, pois ela é um documento único, um sistema integrado que assegura que os orçamentos de todos os órgãos do setor público constituam uma única política orçamentária.

119 Caso a lei orçamentária anual do exercício financeiro corrente tivesse sido aprovada somente no mês de março de 2023, o princípio da anualidade teria sido desrespeitado para o ano de 2023.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o princípio da anualidade ou periodicidade, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Esse princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964. Segundo o art. 34 dessa lei, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro). O fato de a LOA ter sido aprovada somente no mês de março não invalida o período de vigência do orçamento público.

Julgue os itens seguintes, referentes a planejamento, programação e orçamentação.

120 No âmbito do ciclo orçamentário, a lei de orçamento deverá conter a discriminação da receita e despesa, evidenciando, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, a política econômica, financeira e o programa de trabalho do governo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O orçamento público é um documento obrigatório de iniciativa do Poder Executivo, previsto no ciclo orçamentário para todos os entes da Federação. A peça corresponde à expressão econômica e financeira do planejamento governamental, que tem como referência o plano plurianual (PPA). A lei orçamentária anual é uma das peças do ciclo orçamentário e, seguindo o que determina a Lei n.º 4320/1964, deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo.

121 A lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, os objetivos e as metas da administração pública, seguindo as diretrizes determinadas pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

JUSTIFICATIVA - Errado. Consoante o art. 165 da Constituição Federal de 1988, em seu § 1.º: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”. Assim, as diretrizes mencionadas no item são estabelecidas, também, no plano plurianual. Contudo, o PPA não se submete às diretrizes da LDO, e sim o contrário: são as metas e prioridades estabelecidas na LDO que devem estar em consonância com as diretrizes, os objetivos e as metas definidos no PPA (art. 165, §§ 1.º, 2.º e 4.º, da Constituição Federal de 1988).

122 O anexo de riscos fiscais, que, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser anexado à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), tem o propósito de quantificar os passivos contingentes e outros riscos capazes de prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

JUSTIFICATIVA - Certo. O anexo de riscos fiscais tem por objetivo, conforme estabelecido pelo § 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

Com relação às principais abordagens da administração e à evolução da administração pública no Brasil, julgue os itens que se seguem.

123 No Brasil, a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século XX, em resposta à crise do Estado, buscando reduzir custos e tornar a administração mais eficiente, orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

JUSTIFICATIVA – Certo. No Brasil, a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século XX, como resposta à crise do Estado, um modo de enfrentar a crise fiscal e uma estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabem ao Estado. Algumas características básicas definem a administração pública gerencial: é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

124 A abordagem clássica da administração, que engloba principalmente a teoria da administração científica e a teoria clássica, tinha como principais ênfases a aplicação de métodos para aumentar a eficiência no trabalho e a elevada consideração pelas relações interpessoais entre os empregados.

JUSTIFICATIVA – Errado. A abordagem clássica não dá ênfase nem considera as relações interpessoais entre os empregados, apenas considera métodos e técnicas para aumentar a eficiência no trabalho.

No que se refere ao planejamento estratégico e aos seus principais artefatos e ferramentas, julgue os próximos itens.

125 A definição da missão e da visão de uma organização — respectivamente, a razão de ser da organização e a forma como ela se vê ou deseja ser no futuro — está entre as etapas iniciais de seu planejamento estratégico.

JUSTIFICATIVA – Certo. A missão e a visão são definidas nas fases iniciais do planejamento estratégico e têm por objetivo, respectivamente, definir a razão de ser da organização (missão) e como ela se vê ou deseja ser no futuro (visão).

126 Uma das principais etapas do planejamento estratégico de uma organização envolve o mapeamento de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos, que pode ser realizado por meio do uso de uma matriz GUT, a qual permite uma visão clara dos ambientes externo e interno da organização.

JUSTIFICATIVA – Errado. A ferramenta indicada para a análise de ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos é a análise SWOT.

Acerca da departamentalização, julgue os itens a seguir.

127 Uma das características da departamentalização matricial é sua flexibilidade, que permite a alocação de recursos e pessoas de acordo com as demandas de projetos em andamento; todavia, essa flexibilidade impede a aplicação desse tipo de departamentalização no contexto da administração pública.

JUSTIFICATIVA – Errado. Justamente por sua flexibilidade, a departamentalização matricial é plenamente aplicável a qualquer contexto, inclusive à administração pública.

128 A departamentalização por clientela possibilita que se enfatizem as necessidades dos usuários ou do cliente dos serviços e produtos, todavia pode comprometer a eficiência e a produtividade da organização como um todo caso haja um enfoque excessivo nessa customização dos serviços e produtos.

JUSTIFICATIVA – Certo. O item elenca características, vantagens e desvantagens de uma departamentalização por clientela.

A respeito de aspectos ligados a motivação, liderança, capacitação, gestão do desempenho e gestão por competências, julgue os itens subsequentes.

129 A teoria da liderança transformacional baseia-se na premissa de que a gestão do desempenho, uma vez associada a recompensas e punições claras, pode propiciar melhorias ao ambiente do trabalho.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O item apresenta a premissa da liderança transacional, e não da transformacional, que enfatiza a inspiração, a motivação e o estímulo para o alcance de desempenhos excepcionais.

130 A partir da gestão por competências, uma organização pode estruturar vários dos subsistemas de gestão de pessoas — tais como recrutamento, seleção, treinamento e gestão do desempenho; todavia, por ter sido desenvolvido no contexto de organizações privadas, o conceito de gestão por competências tem pouca aplicação ou validade no setor público.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Embora, de fato, tenha sido desenvolvido no contexto de organizações privadas, com o objetivo de estabelecer diferenciais competitivos, o conceito de gestão por competências vem sendo amplamente incorporado no âmbito da administração pública brasileira.

131 A relação entre liderança, gestão do desempenho e concessão de recompensas no contexto do trabalho é bem explicada pela teoria motivacional da expectativa, de Victor Vroom, segundo a qual é necessário não somente que se reconheça e se recompense o bom desempenho, mas também que essa recompensa seja interessante para o avaliado.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A teoria da expectativa parte do pressuposto de que a motivação é gerada a partir do momento em que o indivíduo percebe uma relação positiva entre seu desempenho, o reconhecimento desse desempenho e a concessão de recompensas.

132 O processo de capacitação — ou treinamento e desenvolvimento — é composto por etapas, sendo a primeira delas a avaliação de necessidades, que é considerada uma das mais importantes, pois é a partir dela que se desenha a ação de treinamento.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A avaliação de necessidades é a etapa inicial responsável por definir quem deve ser treinado e em quê. Por isso, serve de base para as outras etapas do processo.

Julgue os itens a seguir, relativos a gestão da qualidade, gestão de projetos e gestão de processos.

133 O diagrama de Pareto é um tipo de gráfico que auxilia no processo de identificação e priorização de causas que contribuem mais significativamente para determinado resultado ou para a incidência de determinado problema. Esse diagrama segue o princípio de que 80% dos problemas são causados por 20% das causas.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O item apresenta a função principal do diagrama de Pareto como ferramenta de gestão da qualidade.

134 A definição do escopo de um projeto é a etapa da elaboração de um projeto que contempla a definição de cada uma das atividades e etapas de realização, com os respectivos prazos e datas estimados.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A definição do escopo envolve a definição clara dos objetivos do projeto e a identificação de seus requisitos específicos. A definição das atividades e etapas, bem como de datas e prazos, é feita no estabelecimento de marcos ou do cronograma.

135 Embora muito divulgada ultimamente, a gestão de processos de negócios (BPM) — abordagem utilizada para análise, melhoria e otimização de processos em uma organização — tem como principal desvantagem uma abordagem predominantemente operacional e uma visão micro das atividades.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A BPM tem como principal característica ser uma abordagem predominantemente estratégica, que busca identificar processos de negócio e ter uma visão estratégica da organização.

136 A elaboração de um fluxograma é essencial para que se possa ter uma visão clara das atividades envolvidas em um processo, bem como para que se possa, a partir desse conjunto de atividades, avaliar os pontos passíveis de melhoria.

JUSTIFICATIVA – CERTO. O fluxograma é a ferramenta utilizada para que se possa visualizar a sequência de atividades necessárias para a realização de um processo ou de uma atividade.

A respeito da legislação aplicável à contratação de bens e serviços, julgue os itens a seguir.

137 Em caso de descumprimento de contrato de prestação de serviço comum celebrado no regime da Nova Lei de Licitações e Contratos, o gestor do contrato deverá, antes da aplicação de penalidade, adotar um meio alternativo de resolução do problema.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A Lei n.º 14.133/2021, nos artigos 151 a 154, possibilitou a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsia aos contratos administrativos sob sua regência, mas não de forma obrigatória.

Lei n.º 14.133/2021:

“Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

Parágrafo único. Será aplicado o disposto no *caput* deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.”

138 A tomada de preços e o convite, que eram modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, foram extintas pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A Lei n.º 8.666/1993 previa a tomada de preços e o convite como modalidades de licitação, conforme se comprova do texto do art. 22, transcrito a seguir:

“Art. 22. São modalidades de licitação:

- I concorrência;
- II tomada de preços;
- III convite;
- IV concurso;
- V leilão.”

Na Lei n.º 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos, as referidas modalidades não constam entre as modalidades de licitação:

“Art. 28. São modalidades de licitação:

- I pregão;
- II concorrência;
- III concurso;
- IV leilão;
- V diálogo competitivo.”

- 139** É vedada a exigência de garantia de proposta no edital de licitação para prestação de serviços.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 10.520/2002:
“Art. 5.º É vedada a exigência de:
I garantia de proposta;”
- 140** Suponha-se que o governo do Distrito Federal (GDF) decida adquirir veículos para renovar a frota das secretarias de Estado. Nessa situação, conforme disposição da Nova Lei de Licitações e Contratos, o GDF poderá efetuar a compra com base nas regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993, desde que o respectivo edital de licitação seja publicado até o último dia de 2023.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. Não há dispositivo a esse respeito na Nova Lei de Licitações e Contratos.
- 141** A Nova Lei de Licitações e Contratos permite que a administração pública contrate mais de uma empresa para executar o mesmo serviço.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 49. A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando:
I o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e
II a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.
Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a Administração deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.”
-
- No que se refere à elaboração e à fiscalização de contratos, julgue os itens que se seguem, à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos — Lei n.º 14.133/2021.
- 142** Considerando-se o papel de representante do ente contratado a ser desempenhado pelo preposto, é vedado à administração recusar a indicação do preposto pela contratada.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o preposto deve ser aceito, logo a administração poderá recusá-lo:
“Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.”
- 143** Considere-se que o gestor de determinado contrato tenha aplicado sanção de declaração de inidoneidade para licitar e que, após a declaração, se tenha verificado que não havia ocorrido prévia análise jurídica. Nesse caso, não há irregularidade, visto que incumbe ao gestor analisar o mérito e decidir a sanção razoável e proporcional à irregularidade cometida.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. A Lei n.º 14.133/2021 prevê expressamente que a sanção será precedida de análise jurídica.
Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 6.º A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:”
- 144** Havendo irregularidade na execução do contrato, caberá ao próprio fiscal do contrato adotar as providências para a regularização.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
§ 1.º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.”
- 145** É permitida à administração a contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais do contrato no acompanhamento da execução deste.
JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.”
- 146** Durante a execução de um contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, cabe ao gestor do contrato a notificação da empresa contratada no que diz respeito às irregularidades registradas pelo fiscal.
JUSTIFICATIVA – ERRADO. No capítulo VI, que trata da execução dos contratos, não há menção ao fato de que “cabe ao gestor do contrato a notificação da empresa contratada no que diz respeito às irregularidades registradas pelo fiscal”.
Lei n.º 14.133/2021:
“Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
§ 1.º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.”

Com base no Decreto distrital n.º 44.330/2023 e na Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue os itens seguintes.

- 147** Ainda que estabeleçam direitos não previstos em lei, as disposições da convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e a empresa contratada pela administração pública estarão vinculadas à administração, haja vista a natureza jurídica conferida a esse instrumento pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo a Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a administração não se vincula às disposições de convenção coletiva de trabalho, conforme se comprova da leitura do art. 6.º, transcrito a seguir.

“Art. 6.º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

- 148** A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deve ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme art. 54 da Instrução Normativa n.º 5/2017:

“Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.”

- 149** De acordo com o Decreto distrital n.º 44.330/2023, o plano de contratações anual pode ser revisado para inclusão de itens, conforme as hipóteses previstas, desde que isso seja feito no ano de sua elaboração.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Conforme Decreto distrital n.º 44.330/2023:

“Art. 52. Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:”

- 150** No Distrito Federal, se a licitação envolver serviços especiais, o agente de contratação deverá ser substituído por comissão de contratação.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O Decreto distrital n.º 44.330/2023 prevê que o agente de contratação poderá, e não deverá, ser substituído por comissão de contratação.

Decreto distrital n.º 44.330/2023:

“Art. 5.º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8.º da Lei n.º 14.133, de 2021. § 1.º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros designados nos termos do disposto no art. 7.º e no art. 12 deste Regulamento, conforme estabelecido no § 2.º do art. 8.º da Lei n.º 14.133, de 2021.”

Espaço livre